Processo nº: 1.098.603
Natureza: Auditoria – Atos de Pessoal
Jurisdicionado: Serviço Autônomo de Água e Esgoto (SAAE) do Município de Sete Lagoas

Trata-se de auditoria de conformidade realizada pela Diretoria de Fiscalização de Atos de Pessoal (DFAP) no Serviço Autônomo de Água e Esgoto (SAAE) do Município de Sete Lagoas, que teve como escopo a verificação da regularidade do pagamento de parcelas, a exemplo das horas extras, gratificação de empenho, adicional de triênio, vintenário e trintenário, insalubridade e periculosidade, bem como da contratação temporária por excepcional interesse público, utilizando como base os meses de setembro, outubro e novembro de 2019.

Por meio do relatório consolidado que consta na peça nº 2, a Unidade Técnica elencou os seguintes achados de auditoria:

a) pagamento de horas extras de forma habitual e contínua;
b) concessão/pagamento de gratificação de empenho aos servidores do SAAE ocupantes de cargos/funções não contemplados na legislação;
c) concessão/pagamento de gratificação de empenho sem a devida correspondência entre o cargo ocupado e a natureza (nomenclatura) da gratificação de empenho recebida;
d) concessão de gratificação de empenho sem a devida regulamentação legal;
e) utilização de base de cálculo diversa da prevista em lei no pagamento do adicional de triênio;
f) ocorrência do efeito cascata no pagamento do adicional de tempo de serviço – trintenário e vintenário;
g) não constatação da existência de laudos técnicos (configuração e caracterização) devidamente assinados por profissionais habilitados que fundamentem o pagamento de adicionais de insalubridade e

Documento assinado por meio de certificado digital, conforme disposições contidas na Medida Provisória 2200-2/2001, na Resolução n.02/2012 e na Decisão Normativa n.05/2013. Os normativos mencionados e a validade das assinaturas poderão ser verificados no endereço www.tce.mg.gov.br, código verificador n. 2657871

periculosidade aos servidores do SAAE;

h) ausência de processo seletivo simplificado para contratação de pessoal;

i) contratações temporárias com prazo superior ao previsto em lei.

Na proposta de encaminhamento, a Unidade Técnica sugeriu a citação dos diretores-presidentes do SAAE nos exercícios de 2017 a 2019, Senhores Antônio Garcia Maciel, Nilton Ligório Antunes, Arnaldo Nogueira, Nuna Gabriela Pereira de Oliveira e Aluísio Barbosa Júnior.

A citação foi determinada em 22/03/21 (peça nº 7), vindo os Senhores Antônio Garcia Maciel, Nilton Ligório Antunes, Nuna Gabriela Pereira de Oliveira e Aluísio Barbosa Júnior a apresentar as defesas que constam nas peças nº 33, 29, 26 e 15, respectivamente.

Em sede de reexame, a Unidade Técnica

> **Em relação ao Sr. Aluísio Barbosa Júnior:**
> Pela procedência do apontamento no que se refere ao seguinte fato:
> – Ausência de processo seletivo simplificado para contratação de pessoal;
> **Em relação Sra. Nuna Gabriela Pereira De Oliveira Cardoso:**
> Pela procedência dos apontamentos no que se refere aos seguintes fatos:
> – Ausência de processo seletivo simplificado para contratação de pessoal;
> – Contratações temporárias com prazo superior ao previsto em lei.
> **Em relação ao Sr. Nilton Ligório Antunes:**
> Pela procedência do apontamento no que se refere ao seguinte fato:
> – Ausência de processo seletivo simplificado para contratação de pessoal
> **Em relação ao Sr. Antônio Garcia Maciel:**
> Pela procedência dos apontamentos no que se refere aos seguintes fatos:
> – Pagamento de horas extras de forma habitual e contínua;
> – Concessão/pagamento de gratificação de empenho aos servidores do SAAE ocupantes de cargos/ funções não contempladas na legislação;
> – Concessão/pagamento de gratificação de empenho sem a devida correspondência entre o cargo ocupado e a natureza (nomenclatura) da gratificação de empenho recebida;
> – Utilização de base de cálculo diversa da prevista em lei no pagamento do adicional de triênio;
> – Ocorrência do efeito cascata no pagamento do adicional de tempo de serviço – trintenário;
> – Não constatação da existência de laudos técnicos (configuração e caracterização) devidamente assinados por profissionais habilitados que fundamentem o pagamento de adicionais de insalubridade e periculosidade aos servidores do SAAE;
> – Ausência de processo seletivo simplificado para contratação de pessoal;

Documento assinado por meio de certificado digital, conforme disposições contidas na Medida Provisória 2200-2/2001, na Resolução n.02/2012 e na Decisão Normativa n.05/2013. Os normativos mencionados e a validade das assinaturas poderão ser verificados no endereço www.tce.mg.gov.br, código verificador n. 2657871

– Contratações temporárias com prazo superior ao previsto em lei;
Pela improcedência do apontamento no que se refere ao seguinte fato:
– Concessão de gratificação de empenho sem a devida regulamentação legal.
Em relação ao Sr. Arnaldo Nogueira:
Pela decretação de revelia em relação ao seguinte apontamento:
– Ausência de processo seletivo simplificado para contratação de pessoal.

Em seu parecer conclusivo (peça nº 64), o Ministério Público junto ao Tribunal de Contas (MPC) ratificou as conclusões do relatório técnico, sugerindo a aplicação de multa aos responsáveis e a determinação ao atual gestor de adoção de medidas de regularização.

Conclusos os autos, verifiquei que apenas as pessoas que exerceram o cargo de diretor-presidente do SAAE durante o período auditado foram indicadas como responsáveis pelos fatos, tanto no relatório técnico quanto no parecer ministerial, bem como citados para apresentação de defesa.

Em que pese a citação somente da autoridade máxima da entidade, em uma análise perfunctória dos achados de auditoria, foi possível visualizar que ao menos algumas das irregularidades imputadas nos autos indicam falhas no exercício de atribuições de nível técnico-operacional, como é o caso da apuração de horas extras, verificação de compatibilidade de cargos com gratificação, utilização incorreta de base de cálculo para adicionais.

No que concerne especificamente ao pagamento da gratificação de empenho, inclusive, o art. 9º da Lei municipal nº 6.822/03 estabelecia (porque há informação da posterior revogação do benefício) que "o empenho do servidor será avaliado pelo coordenador imediato de cada classe de servidores", denotando que eram os coordenadores os agentes incumbidos de identificar os beneficiários da parcela e em que percentual.

Além disso, em sede de defesa, o Senhor Antônio Garcia Maciel também suscitou a descentralização de funções, destacando que o Estatuto do SAAE delineia que a gestão de pessoas cabe à Diretoria Administrativa-Financeira.

Em um contexto de responsabilização subjetiva, em que deve se fazer

Documento assinado por meio de certificado digital, conforme disposições contidas na Medida Provisória 2200-2/2001, na Resolução n.02/2012 e na Decisão Normativa n.05/2013. Os normativos mencionados e a validade das assinaturas poderão ser verificados no endereço www.tce.mg.gov.br, código verificador n. 2657871

presente a atuação com dolo ou, ao menos, culpa grave, há que se perquirir qual conduta, comissiva ou omissiva, tem aptidão para gerar o resultado irregular e, neste caso concreto, entendo que há outros agentes que contribuíram mais diretamente para a concretização de parte dos achados de auditoria e que, por força do que dispõe o art. 28 da Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro (LINDB), devem também compor o polo passivo processual.

Diante disso, encaminho os autos à **Diretoria de Fiscalização de Atos de Pessoal (DFAP)**, a fim de que complemente o relatório de auditoria, indicando os possíveis responsáveis para cada achado, dentre aqueles com efetiva participação para sua concretização, incluídos os responsáveis pelo reconhecimento dos benefícios e pelo seu pagamento.

Na oportunidade, considerando o pedido constante na defesa do Senhor Antônio Garcia Maciel, para dilação de prazo para encaminhamento dos laudos de insalubridade/periculosidade individualizados, bem como o potencial retorno do processo à fase instrutória, deve a Unidade Técnica também se manifestar acerca do requerimento, indicando eventual documentação que deve complementar o acervo probatório dos autos.

Após, conclusos.

Belo Horizonte, 07 de fevereiro de 2022.

Cláudio Couto Terrão
Conselheiro Relator

Documento assinado por meio de certificado digital, conforme disposições contidas na Medida Provisória 2200-2/2001, na Resolução n.02/2012 e na Decisão Normativa n.05/2013. Os normativos mencionados e a validade das assinaturas poderão ser verificados no endereço www.tce.mg.gov.br, código verificador n. 2657871